

Vol XIII, Núm 2, jul-dez, 2021, pág. 311-336.

O PLANEJAMENTO E A POLÍTICA PÚBLICA PARA A CARREIRA DO(A) PROFESSOR(A) NO INÍCIO DO SÉCULO XXI EM BRAGANÇA-PA (BRASIL)

Felipe Matheus Lima da Silva
Francisco Pereira de Oliveira
César Martins de Souza
Jaime da Costa Pantoja

RESUMO

O planejamento e a política pública para a carreira do(a) professor(a) no início do século XXI em Bragança-PA, objetivou analisar a percepção deles(as) sobre o planejamento nas políticas públicas para a carreira do magistério nos dias atuais, por conseguinte, partiu-se: qual a percepção dos(as) professores(as) com relação ao planejamento e à política pública para a carreira do magistério no século XXI? Logo, surgiu a pergunta: quais as políticas públicas que os(as) professores(as) conhecem e qual o grau de satisfação sobre elas na carreira do magistério? O procedimento metodológico partiu da abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando-se como técnica/instrumento de coleta de dados: questionários com perguntas semiestruturadas, aplicada a quarenta professores(as), sendo vinte da rede municipal e vinte da rede estadual no município de Bragança-PA. A análise dos dados ocorreu por meio de interpretação da fala dos sujeitos, utilizando-se da análise de conteúdo. O estudo revelou que são poucos os(as) professores(as) que conhecem os seus direitos na carreira do magistério no século XXI e a maioria não soube indicar as políticas públicas e leis para a referida carreira. Ainda, detectou-se que alguns apresentam conhecimentos de algumas leis pontuais, entre as quais: Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para o Magistério; Piso Salarial Nacional. O grau de satisfação tanto para professores(as) da rede municipal quanto para os da rede estadual foi regular, 82% e 75%, respectivamente, considerando que o planejamento e as políticas públicas para a carreira do magistério no XXI não contemplam às necessidades de carreiras do(a) professor(a) totalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Política Pública. Magistério. Carreira.

PLANIFICACIÓN Y POLÍTICA PÚBLICA PARA LA CARRERA DOCENTE DE PRINCIPIOS DEL SIGLO XXI EN BRAGANÇA-PA

RESUMEN

La planificación y política pública para la carrera del docente a principios del siglo XXI en Bragança-PA, tuvo como objetivo analizar su percepción sobre la planificación en las políticas públicas para la carrera docente en la actualidad, por lo tanto, comenzamos: cuál es la percepción de los docentes en relación con la planificación y las políticas públicas de la carrera docente en el siglo XXI? Entonces, surgió la pregunta: ¿cuáles son las políticas públicas que conocen los docentes y cuál es el grado de satisfacción con ellas en la carrera docente? El procedimiento metodológico partió del enfoque de investigación cualitativa, utilizando como técnica / instrumento de recolección de datos: cuestionarios con preguntas semiestruturadas, aplicados a cuarenta profesores (veinte) de la red municipal y veinte de la red estatal en el municipio de Bragança- SARTÉN. El análisis de datos ocurrió a través de la interpretación del discurso de los sujetos, usando

análisis de contenido. El estudio reveló que pocos docentes conocen sus derechos en la carrera docente en el siglo XXI y la mayoría no supo indicar políticas públicas y leyes para esa carrera. Aún así, se encontró que algunos tienen conocimiento de algunas leyes específicas, que incluyen: Plan de cargos, Carrera y Remuneración por la docencia; Piso Salarial Nacional. El grado de satisfacción de los docentes tanto en las escuelas municipales como estatales fue regular, 82% y 75%, respectivamente, considerando que la planificación y las políticas públicas para la carrera docente en el siglo XXI no atienden las necesidades de los docentes. maestro por completo.

PALABRAS CLAVE: Planificación. Política pública. Magisterio. Carrera profesional.

PLANNING AND PUBLIC POLICY FOR THE TEACHER'S CAREER IN THE EARLY 21ST CENTURY IN BRAGANÇA-PA

ABSTRACT

The planning and public policy for the career of the teacher in the beginning of the 21st century in Bragança-PA, aimed to analyze their perception about planning in public policies for the teaching career nowadays, therefore, we started: what is the perception of teachers in relation to planning and public policy for the teaching career in the 21st century? Then the question arose: what are the public policies that teachers know and what is the degree of satisfaction about them in the teaching career? The methodological procedure started from the qualitative research approach, using as a data collection technique / instrument: questionnaires with semi-structured questions, applied to forty teachers (twenty) from the municipal network and twenty from the state network in the municipality of Bragança-PA. Data analysis occurred through the interpretation of the subjects' speech, using content analysis. The study revealed that few teachers know their rights in the teaching career in the 21st century and most did not know how to indicate public policies and laws for that career. Still, it was found that some have knowledge of some specific laws, including: Positions Plan, Career and Remuneration for Teaching; National Salary Floor. The level of satisfaction for both teachers in the municipal and state schools was regular, 82% and 75%, respectively, considering that planning and public policies for the teaching career in the 21st century do not address the needs of teachers. careers of the teacher completely.

KEYWORDS: Planning. Public policy. Magisterium. Career.

1.1 INTRODUÇÃO

Os esforços, por um período de doze meses, foram dedicados a elaborar esse artigo, *O Planejamento e a Política Pública para a Carreira do Professor no Início do Século XXI em Bragança-PA*, com a pretensão de perceber a visão dos professores a respeito do planejamento das políticas educacionais de sua carreira e suas perspectivas nos dias atuais, o que, por certo, nos trouxe indicadores relacionados às percepções dos profissionais da Educação Básica, especialmente, dos docentes.

Logo, as reflexões apresentadas nesse artigo têm o objetivo central de analisar a percepção do professor sobre o planejamento e a política pública para sua carreira. Há que se compreender que a carreira profissional do professor ou docente é tida, inicialmente, como “sobrevivência” e “descoberta”, o que, provavelmente, caracteriza “choque de realidade” quando se confronta a sua formação inicial e a complexa constituição profissional no determinado espaço-temporal (VEENMAN, 1984; ESTEVES & RODRIGUES, 1995; HUBERMAN, 1995).

Nesse sentido, Freire (1996, p. 22-23) afirma que “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar de diferenças, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Pode-se definir a docência como ação educativa, a qual vem se constituir no processo de ensino e de aprendizagem. Sendo assim, o trabalho docente caracteriza-se como processos e práticas de produção cultural e repasse-construção-reconstrução-produção de conhecimentos, logo, o docente define-se como um sujeito em ação e interação com o outro (professor/aluno/família/escola).

Portanto, o exercício da docência, requer preparo, pois a cada dia devesse buscar novos aparatos e perspectivas enquanto educador. Requer outrora o desenvolvimento de uma consciência crítica, pois tanto a teoria quanto a prática se transformam a cada dia, trazendo assim o grande desafio da docência, o qual é ensinar pessoas que já trazem uma bagagem cultural diferenciada, já possuem seus próprios ensinamentos e costumes. Segundo Freire (1996, p. 21), “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. É nesse sentido que entre as competências do professor além de teoria, ele precisa saber: pra que ensinar, o que ensinar e como ensinar. É preciso que o estudante saiba qual a importância do saber, esse é um preparo que não é repassado nos cursos de formação inicial (graduação), mas para o qual traz uma contribuição específica enquanto formação teórica.

É importante que se compreenda a necessidade que o professor tenha formação ao longo da sua carreira, sendo assim uma resposta necessária aos grandes desafios das mudanças e inovações, trazendo, assim, a promoção e desenvolvimento pessoal e profissional desse professor. É de suma importância que nos preocupemos como os docentes vão se “tornando professores” no decorrer da sua carreira (GONÇALVES, 2009).

De acordo com César Callegari, presidente da Câmara de Educação Básica, o plano de carreira interessam diretamente a 1,8 milhões de professores e centenas de profissionais que trabalham nas escolas públicas, entre eles, diretores, coordenadores, pessoal administrativo, dentre outros. A resolução da Câmara de Educação Básica coloca em prática o que determina o artigo 6º da Lei nº 11.738/2008, que estabeleceu o piso nacional dos professores. Os planos são importantes...

(...) porque efetivam a valorização da profissão de professor no país. “Um bom plano de carreira vai atrair para o magistério os melhores entre os melhores”, diz. Para por em prática o que preveem as diretrizes da resolução, governadores e prefeitos precisam elaborar projetos de lei e enviá-los para as assembleias legislativas (estados) e câmaras de vereadores (municípios) (BRASIL, 2008).

Segundo a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) dispõe que os estados, Distrito Federal e municípios devem elaborar novo plano de carreira e remuneração do magistério público, de acordo com diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.

Tendo em vista que algumas estratégias podem tornar a carreira no magistério mais atraente como: *i*) melhorar os salários para assim atrair novos profissionais e com isso assegurar que ele permaneça na carreira; *ii*) assegurar-lhe uma boa sala de aula com recursos materiais e didáticos necessários para seu melhor desempenho, e; *iii*) quando houver estágios probatórios de professores iniciante que os mesmos venham ter o incentivo dos mais experientes à tutoria.

Nesse sentido, as prerrogativas acima serão ou poderão ser atendidas mediante políticas públicas de valorização da carreira do professor, quer-se, nesse sentido, que haja a compreensão de a política pública ser uma expressão que visa à definição de uma situação específica da política num campo amplo. Sendo assim, a melhor forma para compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra separadamente traz com seu significado. Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime à condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo.

Nas duas últimas décadas se tornou muito amplo a discussão sobre políticas públicas, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os lugares do mundo e a ampla gama de arranjos institucionais de governos, que veio a se tornar necessário para assim fazer a governabilidade em um país [Brasil] que tem marcas de ações democráticas e alguns traços de ser republicano (OLIVEIRA, 2010). Entende-se, portanto, governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São devido a essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipais), que caracterizam as políticas públicas.

De acordo com essas discussões, Souza (2003, p. 13) vem apresentar seu entendimento sobre políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de políticas públicas é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. [Grifo do autor].

Partindo dessa afirmação, podemos dizer que as políticas públicas, de certo modo, é um processo dinâmico, com negociações, mobilizações, algumas coalizões de interesses e/ou alianças. É importante exaltar que os grupos de interesse, organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionar o governo, tendo em vista que as políticas públicas sejam tomadas em seu favor.

Nesse cenário é que surgiu a motivação pessoal com este tema, a partir da observação que os docentes, na sua grande maioria, acabam tendo que trabalhar de duzentas a trezentas horas mensais para que venham a ter uma remuneração maior e suprir suas necessidades social e econômica. E, as grandes lutas que essa categoria tem passado aos longos dos anos, certamente, é de se observar o esmagamento de direitos constitucionais e sociais em um País que não a valoriza, não se quer, simplesmente, atribuir responsabilidade a governos, mas olhar amplamente para a sociedade de um modo

geral. Logo, essas lutas tem resultado na conquista de alguns direitos de valoração para sua carreira, levando em conta que esses professores muitas vezes atuam em escolas e salas de aulas precárias, com pouco ou nenhum recurso material e didático.

Apesar de progressos setoriais e localizados, de modo geral, a situação geral da carreira docente no Brasil não é boa. Continua não conseguindo atrair para o magistério, jovens egressos do Ensino Médio intelectualmente mais exigentes (GATTI & BARRETO, 2010). Contudo, não é justo responsabilizar os professores por vários dos fracassos que ocorrem na educação brasileira, certamente a educação no Brasil já avançou, tanto em modo quantitativo, quanto em melhorias qualitativas. De certa forma, o avanço que estamos assistindo hoje, apesar de ainda ser distante do que se almeja, deve-se de certa forma aos esforços de milhares de professores que, na maioria das vezes, operam alguns milagres no ensino.

Academicamente, o interesse ocorreu, também, na observação do cenário atual na educação, que percebemos que esta sucateada e passando por várias mudanças, o qual vê as grandes mobilizações para que assim possam reerguer e lutar por uma educação de qualidade e justa, trazendo consigo uma boa escola, bons recursos para elaborar e se trabalhar dentro de sala de aula com o alunado, levando em conta os direitos garantidos para que o docente tenha uma carreira, acarretando assim (greves, paralisações, assembleias) a respeito desses casos.

Levando em conta os estágios supervisionados ofertados nas universidades públicas, considerados de suma importância para despertar o nosso olhar crítico dos acadêmicos, uma vez que nesse exato momento entra em prática tudo que vemos na teoria e acabamos por ver que muitas coisas são corriqueiras e que você aprende no exercício diário, quando pudemos perceber, tudo o que relatamos acima de escolas precárias e falta de recursos, mas ao mesmo tempo perceber que mesmo com tantas dificuldades e luta por melhorias, a grande parte dos docentes, de certa forma, faz um milagre para ensinar, muitos por amor ao ensino, trazendo consigo um modo de driblar todos os contras para assim instrumentalizar o estudante para o conhecimento.

Neste sentido, faz-se necessária a questão-problema: Qual a percepção dos(as) professores(as) com relação ao planejamento e à política pública para a carreira do magistério no século XXI? Logo, as questões norteadoras versam: quais as políticas públicas que esses profissionais conhecem sobre a carreira do magistério? Qual o grau

de satisfação dessa categoria para com as políticas públicas para a carreira do magistério na educação básica? Por conseguinte, o objetivo geral é analisar a compreensão do(a) professor(a) do século XXI sobre planejamento e políticas públicas presentes em sua carreira enquanto servidor público, especificamente, identificar as políticas públicas empreendidas para a carreira, assim como caracterizar a percepção desses atores educacionais sobre o planejamento e as políticas públicas que dão ênfase em sua carreira; ademais, descrever o grau de satisfação para com as políticas públicas e como se ampliam em sua carreira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Área de Estudo

O estudo em questão ocorreu no município de Bragança do Pará (Figura 1), localizado na região nordeste do Pará, a 210 quilômetros da capital do Estado, Belém, no período de fevereiro de 2019 a março de 2020. O município possui contingente populacional de 128.914 habitantes, sendo sua maioria homens, segundo estimativas do IBGE (2020).



Figura 1. Localização do município de Bragança do Pará. Fonte: (IBGE 2013)

Segundo afirma o IBGE (2016), Bragança, inicialmente habitada pelos índios apotiangas da nação dos tupinambás, está localizada à margem esquerda do rio Caeté, razão pela qual é chamada de Pérola do Caeté. É uma das cidades mais antigas do Estado do Pará, com quatro séculos de história. O município bragantino fazia parte da capitania do Gurupi. Esse local foi doado por Felipe III, de Espanha, para Gaspar de

Sousa, Governador-Geral do Brasil, através da carta de 9 de fevereiro de 1622. Ao governador e capitão general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, deve o município atual a sua criação, cuja sede ficou desde 1753 com a denominação de Bragança.

Coleta de Dados

Para a coleta de dados, inicialmente, entrou-se em contato com a direção e/ou coordenação pedagógica de cada escola, pedindo autorização para aplicar o instrumento questionário aos professores daquela escola.

Sendo este um estudo que objetivou estudar as concepções e perspectivas do(a)s professore(a)s acerca do planejamento e das políticas públicas presentes na carreira do magistério, optou-se, portanto, pela abordagem qualitativa, considerando-se que de acordo com Goudenberg (1997, p. 34 *apud* SILVA & CÓRDORVA, 2009, p. 31-32):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...]. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Considerando a afirmação acima, o estudo desenvolveu-se respeitando as falas, opiniões, representações e percepções sociais de cada sujeito pesquisado. Transparência e sinceridade foram elementos fundamentais utilizados na obtenção das respostas, de tal modo que, apesar de pouco tempo que tiveram (devido o grande fluxo de trabalho, e/ou trabalharem em várias escolas), a maioria do(a)s professore(a)s contribuiu espontaneamente e gentilmente com o estudo aqui referido.

Levando em conta, tais eventualidades ocorridas no levantamento de dados da referida pesquisa, encontramos dificuldades e, muitas vezes, angustiados, por motivo de inúmeras vezes ir e voltar às escolas para recolhimento dos questionários, isso ocorreu a sem exceção em todas as escolas, ao indagar o porquê não tinham ainda contribuído, muitos disseram que “ainda não tive tempo, passe amanhã”, e outras falas “poxa, esqueci em casa”, e muitos disseram “não respondi”. Assim, de certa forma, encontrar

um impasse dessa categoria, é, sem dúvida, desanimador, tendo em vista que tiveram tempo para tal ato.

A coleta de dado se deu a partir do seguinte instrumento: questionários, considerado como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 2007, p. 125), composto por treze questões, previamente elaboradas que ajudaram a traçar perfil dos professores das respectivas escolas, e ainda, para o registro das respostas, para posterior análise.

As amostras para o estudo foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: a) Escolas: levantamento prévio das escolas de grande porte localizadas na sede do município, totalizadas oito, todas na área urbana, divididas em quatro escolas municipais, respectivas: i) Profa. Maria José dos Santos Martins (Maricotinha), ii) Prof. Jorge Daniel Sousa Ramos, iii) Profa. Júlia Quadros Peinado, iv) Profa. Theodomira Raimunda da Silva Lima, e; quatro escolas estaduais: i) Prof. Bolívar Bordallo da Silva, ii) Rio Caeté, iii) Luiz Paulino Mártires e iv) Mario Queiroz do Rosário. b) Professores(as): selecionados(as) num total de quarenta que fazem parte do corpo escolar das respectivas escolas, sendo eles(as): vinte da rede municipal (PM1, PM2, PM3...) e vinte da rede estadual (PE1, PE2, PE3...), o que estivessem acima de 10 anos de efetiva docência.

Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados a partir das respostas dos(as) professores(as), de tal modo às respostas de maior representatividade foram descritas, parcial ou totalmente, para dar autenticidade à pesquisa. Portanto, foram interpretadas além da escrita dos(as) pesquisados(as), o que para Severino (2007, p. 59):

Interpretar, no sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é coteja-las com outras, enfim, é dialogar.

É de suma importância frisar que a interpretação do conteúdo colhido durante a pesquisa ocorreu com diálogos entre autores que discutem o tema em estudo, com apropriação da bagagem teórica disponível em meio acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos Entrevistados

Ao analisar os dados de idade, formação e tempo de docência, detectamos que a idade dos(as) professores(as) da rede municipal varia entre 36 e 55 anos, o que correspondeu à média de 46 anos. Entre os(as) professores(as) da rede estadual, a idade varia entre 34 a 52 anos, com a média de 43 anos.

Com relação à formação, verificamos que 64% dos profissionais da rede municipal possuem a formação na graduação de Pedagogia, 18% em Matemática e 9% em Geografia e Letras, respectivamente. Na rede estadual, 33% possuem graduação em Letras e 16% em Matemática e História, respectivamente. E, 35% distribuídos entre Educação Física, Física, Pedagogia e Geografia. Ressalta-se que tanto os professores de rede municipal quanto os de rede estadual possuem especialização em diversas áreas do conhecimento.

Quando indagados sobre o tempo de docência, detectou-se que, em média, os professores municipais têm 15 anos e os da rede estadual 16 anos de efetiva docência.

Analisando os resultados acima, percebemos que a média de idade tanto para os professores de rede municipal e estadual, ainda estar em idade produtiva, ou seja, correspondente às demandas da produção de mercado, que significa sua carreira ainda está em efetiva evolução.

Quando falamos em efetiva produção/trabalho, certamente, estamos falando das atividades exercidas e atribuídas como funções à docência, logo nos referimos que há no “tempo” que diversifica em vários: tempo relacionado com a educação de um modo geral, tempo de ensino (sala de aula), tempo de planejamento, tempo de avaliação e de revisão de trabalhos, assim como o tempo fora da escola que também exige o trabalho do(a) profissional. Mas o tempo docente, no espaço-temporal, não se deve compreender que é um cenário simples no qual se desenvolvem suas ações profissionais, levando em conta que essas ações não se dão simplesmente ao longo de uma duração de tempo, pois

é própria ação que se constrói e institui um tempo que é capaz de perceber e de ter sentido para os(as) professores(as) (NETO, 2000).

Ao estudarmos o exercício da docência, suas condições de trabalho e desenvolvimento profissional com foco na carreira, certamente, faz-se necessário ressaltar que o magistério é compreendido a partir de atividades que pressupõem formação especializada e organizado para contemplar o ensino nas escolas, neste caso, compreende-se que o ensino é tido como uma atividade intencional de transmissão de elementos culturalmente valorizados, ou seja, uma parcela da atividade educacional (MARIN, 1996).

Certamente, o resultado sobre a formação varia em função da oferta de cada rede de ensino, ou seja, a rede municipal, em Bragança-PA, oferta somente a Educação infantil (Creche e Pré-Escola I e II) e o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), assim como a modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA) (1ª a 4ª etapa) e o Sistema Modular de Ensino (6º ao 9º), o que, conseqüentemente, a prioridade municipal é a formação de graduação em Pedagogia, o que se confirma neste estudo (64%). A rede estadual oferta Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio, o que, exigirá formação de professores em áreas específicas, o que também detectamos no estudo em questão (Letras, Matemática, Física, Educação Física, Geografia, História, Pedagogia).

Analiticamente, recorre-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394/96, em que preconiza que...

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

§1º a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

§2º aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil

e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

§1 cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

§2 programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

§3 programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Concordamos que em relação ao tempo de docência, os saberes são aprimorados, onde a experiência ganha importância pelo que há de praticidade e de dinâmico no trabalho pedagógico deste(a) profissional, como bem destaca Tardif (2007). Nessa perspectiva, os saberes da experiência não são acúmulo de tempo de serviço docente, muitos menos tempo de sala de aula, Segundo Nunes (2001), é um saber prático ligado à ação que o(a) professor(a) produz e que, mesmo sem se tornar científico não deixa de ser um saber legítimo, o que também é corroborado por Monteiro (2001) quando evidencia que os saberes da experiência são constituídos a partir do exercício da prática diária da profissão, assim, fundindo-se no trabalho e no conhecimento do meio.

Os saberes da experiência não podem ser vistos como um fenômeno isolado que com o passar dos anos vão surgindo, e nem que esteja ligada a idade. Estão, sim, relacionados principalmente aos saberes profissionais, disciplinares e curriculares. É equivocado dizer que está relacionado ao “ser experiente”, ao professor experiente. Mas sim à experiência enquanto prática de saberes profissionais, curriculares e através do cotidiano, constituídos assim durante o exercício do magistério em sua carreira.

Concepção dos docentes sobre as políticas educacionais para a carreira do magistério

Antes de se falar em assuntos voltados às políticas públicas para carreira do(a) professor(a), partimos do entendimento que esta se desenvolve a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões (OLIVEIRA, 2010).

Nesse cenário, indagou sobre: “*quais são as políticas públicas que você conhece e que lhes amparam em sua carreira docente?*” As respostas mais expressivas dos(a) professores(as) da rede municipal foram:

Estatuto do magistério, Lei de Diretrizes e Bases, FUNDEB, lei do piso do magistério, PCCR (PM2).

Plano de cargos e salários, políticas afirmativas relacionadas a inclusão, gênero...(PM4).

Penso que ainda temos muito o que avançar, apesar de termos já algumas como: A Lei federal que assegura alguns direitos como: aposentadoria, licença, gratificações... (PM10).

Assim como dos(as) professores(as) da rede estadual:

Ingresso por concurso; planos de cargos e salário; valorização do professor; formação continuada; cred-leitura (PE4).

Lei do FUNDEB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 10,172, de 9 de janeiro 2001 que aprovou o PNE/2001 (PE8).

L.D.B, plano de cargo carreira e remuneração PCCR, plano nacional de educação (PSINTEPP1).

No entanto, a maioria, 61%, não soube responder ou mesmo descrever as políticas públicas que amparam a carreira docente, em respostas equivocadas e/ou errôneas, tanto para os(as) da rede municipal quanto os(as) da estadual. Considerando que grande parte das respostas foi deixada em branco, sendo assim algumas das respostas obtidas;

Projovem campo, programa Brasil Alfabetizado, Prouni (PM5).

Não sei! (PE5).

De verdade não lembro, neste momento, de políticas públicas educacionais que amparem o professor no nosso contexto político atual (PE7).

Nesse sentido, percebe-se que poucos docentes, 39%, têm a real noção sobre as políticas públicas que o amparam em sua carreira docente, a maioria, não tem pelo menos conhecimento básico de sua carreira. Todavia, respostas sobre a participação dos professores vieram à tona, onde 52% dos pesquisados(as) disseram ter participado de algum planejamento acerca da carreira no magistério.

As respostas levam à reflexão de que existem docentes capazes de enumerar instrumentos de políticas públicas para a carreira do magistério, como “PCCR”, “Lei do Piso Salarial” e “Lei do FUNDEB”. No entanto, existiram aqueles que demonstraram total desconhecimento, enumeram, por exemplo, “PROJOVEM Campo”, “PROUNI” e “Programa Brasil Alfabetizado”, o que, certamente, representa ausência de participação efetiva dos atos e direitos dos professores e sua carreira, assim como desinformação dos direitos garantidos por meio das lutas sociais. Nesse sentido, ressalta-se que...

A regulação da carreira docente na educação básica no Brasil, por meio da elaboração e da implantação de planos de carreira, tem sido assunto recorrente, principalmente, a partir da Constituição Federal BR de 1988 (CF/88) (1988). A valorização dos profissionais da educação, de acordo com o art. 206, inciso V da CF/88, deve contemplar os planos de carreira e o ingresso no magistério por meio de concurso público. A Emenda Constitucional BR n. 19/1998 (1998) apontou a necessidade de os planos garantirem piso salarial profissional. Leis infraconstitucionais especificaram esse preceito geral, com vistas a tornar obrigatórios planos de carreira para os

profissionais da educação em todos os estados, municípios e no Distrito Federal (JACOMINI & PENNA, 2016, p, 179).

Logo, percebe-se que políticas públicas devem ser tratadas como elementos de articulação de planos e projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação de melhor qualidade, ou seja, que venha resgatar a construção da cidadania (GIRON, 2008).

Repudia-se que o sistema educativo adotado e as políticas públicas voltadas para a educação, são razões que demonstram a preocupação do País com seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode constituir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

Desta forma, observa-se que as políticas públicas educacionais estão diretamente ligadas à qualidade na educação e, posteriormente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, logo, nas escolas e na sociedade.

O planejamento e a política educacional para a carreira do magistério

Inicialmente, faz-se importante ressaltar que a literatura de políticas públicas foi um pouco tardia em reconhecer a importância da implementação no processo de planejamento, até mesmo porque os estudiosos de políticas públicas tinham um viés tradicional das ciências políticas, tendo um foco de análise nos processos legislativos ou administrativos do Executivo (NAJAM, 1995). Assim, entende-se que o planejamento deve estar a serviço como ferramenta instrumental de mudança social e de “advocacia”, em especial, no planejamento a favor dos interesses sejam políticos, econômicos, sociais e pessoais, a partir de um movimento de interesse coletivo ou individual (DAVIDOFF, 1965).

Interessante resultado detectado foi sobre o grau de satisfação com as políticas públicas para a carreira do magistério para os(as) professores(as) de ambas as redes (Figura 2).

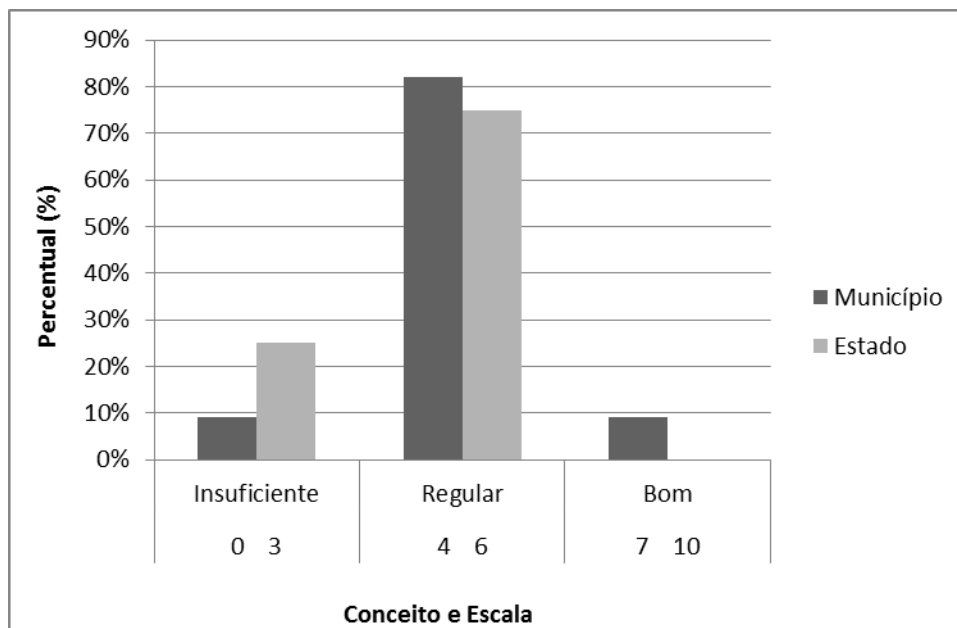


Figura 2. Grau de satisfação dos professores para com as políticas públicas para a carreira do magistério.

Analisando o grau de satisfação, observou-se que 75% dos(as) professores(as) estaduais afirmaram ter como grau de satisfação regular e 25% afirmaram ser insuficiente. Já os(as) professores(as) da rede municipal, 82%, afirmara que o grau de satisfação é regular, 9% bom e 9% insuficiente, respectivamente.

Com esse resultado, pressupõe-se que profissionais tanto da rede estadual quanto municipal não se encontram satisfeitos com as políticas públicas que lhes amparam em suas carreiras. Logo, acredita-se que os...

Aspectos que normatizam esse exercício, tais como formação exigida, formas de ingresso, carreira, entre outros, ao mesmo tempo em que instituem a função de professor, são fundamentais para a compreensão do lugar social da profissão. Esses aspectos estão atrelados a projetos políticos em diferentes contextos históricos e sociais, nos quais a educação escolar se vê implicada na consecução de metas que se encaixam em propósitos econômicos, fato que se acirra na atualidade. Assim, o valor social atribuído aos professores está relacionado à maneira como são tratados pelo Estado (JACOMINI & PENNA, 2016, p, 182).

Paralelamente, buscou-se saber entre os professores: “*Qual a importância do planejamento e a política educacional para sua carreira?*” Em resposta a essa questão, abaixo são descritas as respostas mais expressivas, onde tanto os(as) professores(as) municipais quanto os(as) estaduais utilizaram as expressões como: “são muito importantes”, “articular as ações” e “é importante para que a educação seja vista como uma carreira”. O que, certamente, são expressões que se aproximam da importância do planejamento e a política para a carreira no magistério. Todavia, o planejamento e as políticas públicas para a carreira do magistério é muito mais que essas falas. Isto é, a partir desses dois mecanismos são pensadas e ajustadas as formas de organizar o aparato burocrático, onde o Estado transformou ou transforma o(a) professor(a) em funcionário(a) especializado(a), e o(a) próprio(a) professor(a) passou ou passa a fazer uso desse aparato para se constituir como tal ou, mesmo, para reivindicar seus direitos, como salário, carreira, aposentadoria (SOUTO, 2005). Ou seja, o exercício da docência é um trabalho regulamentado pelo Estado.

São muito importantes, pois as políticas educacionais deverão estar voltadas a formação, as condições de trabalho e remuneração, tendo como objetivo a qualidade da educação e a qualidade de vida do trabalhador (PM2).

Articular as ações voltadas para a educação é uma das características de um profissional preocupado com a educação (PM8).

A valorização profissional, como condição para melhorar a qualidade da educação (PM11).

Política de valorização do magistério, seriam fundamentais e necessárias para que o professor pudesse trabalhar sem ser pressionado por questões financeiras específicas ou de formação (PE7).

É importante para que a educação seja vista como uma carreira, para que um país poder prosperar, se não tem políticas à carreira vai acabar (PSINTEPP1).

A no momento se pensa um planejamento para que no futuro tenhamos uma aposentadoria digna (PSINTEPP2).

Esse resultado também revelou que 18% não souberam responder ou mesmo descrever a importância do planejamento para sua carreira docente, deixando a questão levantada em branco, sendo esses(as) professores(as) da rede estadual. A partir desses discursos, vê-se mais claramente o quanto os professores entendem ou não sobre a importância do planejamento dessas políticas públicas, que envolve sua vida funcional ou sua carreira.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 consignou como um de seus princípios, no Art. 206, Inciso V, a valorização dos profissionais do ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96 discorre em seus Artigos 62 e 67 sobre a formação do magistério. Especificamente, o Artigo 67 determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos(as) profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

(...)

Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

II. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim.

III. Piso salarial profissional.

IV. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho.

V. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

VI. Condições adequadas de trabalho (BRASIL, 2001, 39).

Levando-se em conta a aprovação do Plano Decenal de Educação para Todos (2014-2024), que definiu como meta de valorização salarial, o seguinte:

Aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social (BRASIL, 2014, p. 43).

De acordo com o documento acima citado, a implementação de uma política de longo alcance para o magistério era a condição para que se atingissem os seus objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. A Lei n.º 9.424/96 que regulamentou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) determinou que a valorização do magistério ocorresse por meio da aplicação do percentual de, no mínimo, 60% dos recursos para a remuneração do magistério em efetivo exercício, prevendo, inclusive, no artigo 9.º, um Plano de Carreira e Remuneração do Magistério que assegure:

- I – a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério;
- II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III – a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2001).

Seguidamente, perguntou-se: “*Quem são os planejadores das políticas públicas para a carreira do magistério?*” As respostas mais expressivas estão transcritas abaixo:

Algumas pessoas envolvidas na área educacional e que se interessam pela causa e infelizmente outras que não pensam no bem comum e na qualidade da educação (PM2).

Governo, sociedade e o próprio professor sendo este último um componente fundamental nesse processo (PM8).

O ministério da educação é um importante planejador, contudo, secretárias municipais e estaduais também podem promover políticas públicas que valorizem o magistério, assim como conselho de educação (PE8).

Em sua maioria são pessoas que mal conhecem a nossa carreira, são “educadores de gabinete” (PE 9).

Infelizmente os trabalhadores fazem lutas e planejamentos e constroem as leis, mas, os que implementam elas, cortam e vetam. Políticos (PSINTEPP1).

A partir dessas afirmações, analisa-se claramente que os(as) professores(as) tem conhecimento prévio de que são os planejadores das políticas educacionais da sua carreira no magistério, mas percebem que os agentes políticos têm o poder e a função de propor as políticas para a categoria.

Como afirma Hypolito (1999), a profissionalização docente tem sido discurso recorrente nas agendas de governo, mas tal fato não necessariamente tem significado avanços e melhorias nas condições de trabalho do(a) professor(a). A análise dos planos de carreira em diferentes estados e capitais brasileiros evidenciou descumprimento da legislação estabelecida, o que, se, por um lado, pode estar relacionado ao financiamento da educação e à necessidade de estabelecimento de pactos entre os entes federados e o governo, a fim de garantir sua efetivação (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011), por outro, relaciona-se à desvalorização política e social da docência, anteriormente discutida.

Ainda, indagou-se: *“De que forma as políticas públicas e o planejamento lhe ajudam para construir uma carreira profissional?”* As respostas de maior expressividade foram:

Garantem direito, disponibilizam o processo de formação tanto inicial quanto continuada, estabelecem padrões para a melhoria das condições de trabalho (PM4).

A lutar pela efetivação e qualidades no ensino para alcançar os objetivos. (PM5).

Através das formações continuadas, dos projetos e programas voltados para a educação (PM8).

Proporcionando vínculo efetivo no emprego; garantindo direitos adquiridos; promovendo ações de valorização profissional, etc... (PE4).

Com certeza garantem uma carreira profissional mais humana e digna de ser exercida, onde a cada “dia” acham-se brechas em leis para se tirar direitos do professor (PE8).

Na valorização do profissional, pois sinto uma desvalorização, à construção e valorização não é feita pelo governo (PSINTEPP1).

As respostas revelam que a despeito das discussões sobre a importância do planejamento de tais políticas educacionais é de importância para que assim se possam assegurar os direitos já conquistados, acarretando assim o “pensar” de novas políticas educacionais, para a construção da valorização da carreira no magistério.

É importante que as propostas de mudanças contemplassem:

- a) Um apoio de formação continuada, em que os(as) professores(as) contassem com profissionais mais experientes para observá-los e ajudá-los a melhorar suas estratégias de ensino, assim de certa forma estimulando a atualização do(a) profissional permanentemente e contribuindo assim para a valorização da carreira no magistério.
- b) Acarretando assim o aumento progressivo do salário, de certa forma levando a fixação do(a) professor(a) na escola, estabelecendo uma jornada de trabalho que o(a) em uma só escola, contribuindo para a diminuição da rotatividade dos profissionais entre as instituições de ensino da cidade e/ou de outras em tentar uma remuneração a mais.

Sendo estas propostas de muita importância para a qualidade da educação, pois as mesmas levariam o(a) profissional a se dedicar exclusivamente a uma função, trazendo o fim da jornada dupla de trabalho, onde os(as) mesmos(as) trabalham em várias escolas a cada dia letivo, de tal modo esse(a) profissional é levado(a) a um maior grau de desgaste tanto mental quanto físico.

De acordo com Monlevade (2000), o acelerado processo de desvalorização salarial, datado aproximadamente na década de 1970, fez que houvesse à multiplicação da jornada de trabalho. Ou seja, na busca de complementar os baixos salários, os(as) professores(as) iniciaram a trabalhar em duas ou três jornadas, na mesma rede ou em redes diferentes de ensino.

Certamente, esse processo acaba influenciando na “maneira” de como ele(a) se comporta no âmbito escolar e disponibiliza a produção do conhecimento para o(a) aluno(a), que muitas vezes ao chegarem às devidas escolas, ainda tendem de certa forma “operar um milagre”, devido à falta de recursos e até mesmo escolas e salas de aulas encontradas de forma precária para que os processos de ensino e de aprendizagem, por motivos, certamente, oriundos do planejamento das políticas educacionais mal empregado, que muita das vezes é pensado por pessoas que não conhecem e/ou participam do âmbito escolar, não conhecem os desafios enfrentados por esses(as) professores(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a carreira do(a) professor(a) no magistério são explícitas de regras e normas, estabelecidas por leis específicas. Entretanto, para que sejam alcançados os efeitos desejados, faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de planejamento dessas políticas estejam em comum acordo, em um ambiente harmônico, onde o diálogo e o respeito se fazem presentes, e que toda conquista seja combustível para ir além, pois profissionais valorizados(as), amparados(as) por lei, e, com seus direitos de carreira garantidos, correspondendo às leis e suportes dos governantes para que assim a educação qualificada chegue ao nosso objetivo final que é a aprendizagem de estudantes.

Os resultados obtidos demonstram que o planejamento das políticas públicas é essencial para que a educação seja vista como uma carreira, levando em consideração que tal planejamento é uma das ferramentas para a construção de uma educação de qualidade, contando com leis que venham amparar o(a) professor(a), trazer um melhor ambiente escolar, com salas de aulas apropriadas ao ensino, escolas e merendas de qualidade, assegurando ao aluno e toda a comunidade escolar a um ensino qualificado. No entanto, ainda temos um longo caminho a percorrer para se chegar a um consenso nas políticas

públicas educacionais, onde todos estejam preocupados e comprometidos com a educação de qualidade, pois se não houver políticas, por certo, a carreira não existirá, acarretando cada vez mais uma educação de má-qualidade.

A partir da realização desse estudo, foi possível repensar sobre a importância do planejamento das políticas públicas para a carreira do(a) professor(a). Ao analisar as respostas, pôde-se analisar que tais políticas ainda tem muito que melhorar, mas, se depender do empenho dos(as) professores(as) que buscam cada vez mais seus direitos garantidos, melhores formações, e uma educação de qualidade, em breve, terá uma classe profissional que fará muito mais diferença na história da educação pública do Brasil.

Assim sendo, constatou-se que os(as) professores(as), em sua maioria, não possui conhecimento/informação dos seus direitos constitucionais, e, alguns, minoria, têm conhecimento sobre tais políticas presentes em sua carreira, deixando claro que ainda há muito o que se percorrer e melhorar na educação.

Certamente, são muitos os que discutem sobre políticas públicas, apesar de dificuldades encontradas no levantamento de dados, acreditamos termos conseguido exclamar o maior número de informações possível para a análise do tema. Dessa forma, o estudo demonstrou que:

- a) Os(as) professores(as), em sua minoria, percebem seus direitos de carreira no magistério, todavia, a maioria, ainda não consegue fazer leitura analítica e crítica da carreira do magistério por meio das políticas públicas;
- b) As principais políticas públicas identificadas pelos(as) professores(as) foram o PCCR, Piso Salarial Nacional, FUNDEB e Estatuto do Magistério;
- c) Alguns/mas professores(as) se mostram preocupados(as) e ressaltam a importância do planejamento das políticas educacionais para a carreira no magistério;
- d) Muitos(as) reconhecem a importância do planejamento para a massificação das políticas públicas na carreira, outros(as) apresentam dificuldades em fazer a leitura do planejamento nas políticas públicas para a carreira do magistério;
- e) O grau de satisfação para os(as) professores(as) municipais e estaduais foi regular, 82% e 75%, respectivamente.

Por assim ser, espera-se a partir desse estudo, contribuir para um olhar mais voltado para as políticas públicas, de modo que possam surgir muitos outros estudos que

possibilitem mostrar de que forma os professores “pensam” sobre políticas públicas que interferem diretamente na sua carreira e na qualidade da educação básica no Brasil.

2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3.BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, DF. Promulgada em 05/10/1988.

4.BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96**. Brasília, DF – MEC, 20 de dezembro de 1996.

5.BRASIL. **Plano Decenal de Educação Para Todos**. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. **LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: MEC, 2008.

6.DAVIDOFF, Paul. Advocacy and pluralism in planning. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 31, n. 4, p. 331-338, 1965.

ESTEVEES, M.; RODRIGUES, A. A formação de professores: especificidades e problemas. *In: Análise de necessidades na formação de professores*. Porto, 1995, p.39-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GATTI, B. A., BARRETO, E. de S., & ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: MEC/Unesco, 2011.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. **Revista de Educação**. PUC-Campinas. Campinas. n. 24. jun. 2008.

GONÇALVES, José Alberto. Desenvolvimento profissional e carreira docente – Fases da carreira, currículo e supervisão. **Revista de ciências da educação**. Nº 8. Janeiro/Abril de 2009.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. *In: NÓVOA, A.* (Coord). **Vidas de professores**. Porto/Portugal: Porto, 1995, p. 31-78.

- HYPOLITO, Á. M.. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? *In*: VEIGA, I. P. A., & CUNHA, M. I. (Orgs.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. São Paulo: Papirus, 1999.
- MARIN, A. J. O trabalho docente: núcleo de perspectiva globalizadora de estudos sobre ensino. *In*: MARIN, A. J. (Coord.). **Didática e trabalho docente**. Araraquara: JM Editora, 1996, pp. 23-43.
- MONLEVADE, J. A. C. de. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública**. 2000. Tese (Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas).
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores entre saberes e prática. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, p. 121-142, abril, 2001.
- NAJAM, Adil. **Learning from the literature on policy implementation: a synthetic perspective**. Luxenburg, Austria: IIASA, 1995. IIASA Working Paper 95-61.
- NETO, A.V. Espaços, tempos e disciplinas: a criança ainda devem ir à escola? *In*: Alda Judith Alves-Mazzotti; et al (orgs). **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A., p. 09-20, 2000.
- NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, p. 28-42, abril, 2001.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUTO, R. T. **Recrutamento e qualificação de professores primários na Instrução Pública paulista (1892 – 1933) – Um estudo das tecnologias de Estado**. 2005. Tese (Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes & formação profissional**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VEENMAN, S. Perceived Problems of beginning teachers. **Revista do professor recém formado**, v.54, n.2, 1984, p.143-178.

Recebido: 28/4/2021.

Aceito: 13/6/2021.

Autores:

Felipe Matheus Lima da Silva – Egresso do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

E-mail: felipe-10lima@hotmail.com

Francisco Pereira de Oliveira – Prof. Dr. da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental – *Campus* Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

E-mail: foliveiranono@yahoo.com.br

César Martins de Souza – Prof. Dr. da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – *Campus* Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

E-mail: cesarmartinsouza@gmail.com

Jaime da Costa Pantoja – Prof. Me. da Faculdade de Educação, *Campus* Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

E-mail: jaimecp@ufpa.br